



OLHARES

REVISTA DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO - UNIFESP

INTERAÇÕES UNIVERSIDADE-PODER PÚBLICO: relato de experiência em ensino, pesquisa e extensão

**INTERACCIONES UNIVERSIDAD-PODER PÚBLICO:
relato de experiencia en enseñanza, investigación y extensión**

**INTERACTIONS UNIVERSITY-PUBLIC SECTOR:
experience report in teaching, research and extension**

Denis dos Santos Alves
Universidade Estadual de Campinas - Unicamp
denisalvesvgp@gmail.com

João Guilherme de Oliveira Bastos da Silva
Universidade Estadual de Campinas - Unicamp
joaogobs@gmail.com

Juliana Pires de Arruda Leite
Universidade Estadual de Campinas - Unicamp
leiteju@unicamp.br

Milena Pavan Serafim
Universidade Estadual de Campinas - Unicamp
milenaps@unicamp.br

Resumo: Este artigo aborda, por meio de relato de experiência, a contribuição do curso de Administração Pública da Faculdade de Ciências Aplicadas da Universidade Estadual de Campinas (FCA/Unicamp), localizada na Região Administrativa de Campinas, interior do estado de São Paulo, para o desenvolvimento de políticas públicas municipais, especificamente para promover o uso de métodos contraceptivos de longa duração em Vinhedo (SP). Esse relato resulta do trabalho desenvolvido em 2022, no âmbito das disciplinas "Laboratório de Políticas Públicas I" e "Laboratório de Políticas Públicas II", nas quais teoria e prática foram aplicadas para responder a demandas sociais identificadas em conjunto com gestores locais. Essa pesquisa, portanto, trata especificamente do trabalho realizado junto à Secretaria Municipal de Saúde de Vinhedo (SP), município vizinho a Campinas, que apontou como problema social a ausência de políticas estruturadas para a saúde reprodutiva feminina na região. A metodologia incluiu o Planejamento Estratégico Situacional (PES), Design Thinking, o modelo Canvas e diversas técnicas de pesquisa, como surveys, entrevistas e pesquisa documental. Os principais resultados englobam a criação de um protocolo de saúde reprodutiva e a conquista de apoio político e financeiro para sua implementação, com suporte de parlamentares locais e estaduais. As conclusões ressaltam a importância da integração entre ensino, pesquisa e extensão para o desenvolvimento de políticas públicas, evidenciando como a colaboração entre universidades e governos locais pode enfrentar desafios sociais. A experiência ressalta a relevância das parcerias acadêmicas para a eficácia das políticas sociais.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Administração Pública. Saúde Reprodutiva.

Resumen: Este artículo presenta, a través de un informe de experiencia, la contribución del curso de Administración Pública de la Facultad de Ciencias Aplicadas de la Universidad Estatal de Campinas (FCA/Unicamp), ubicada en la Región Administrativa de Campinas, en el interior del estado de São Paulo, al desarrollo de políticas públicas municipales, específicamente para promover el uso de métodos anticonceptivos de larga duración en Vinhedo (SP). Este informe resulta del trabajo realizado en 2022 en el marco de las asignaturas "Laboratorio de Políticas Públicas I" y "Laboratorio de Políticas Públicas II", en las



cuales se combinaron teoría y práctica para responder a demandas sociales identificadas en colaboración con gestores locales. La investigación se enfoca en el trabajo realizado junto con la Secretaría Municipal de Salud de Vinhedo (SP), un municipio vecino de Campinas, que identificó como problema social la ausencia de políticas estructuradas para la salud reproductiva femenina en la región. La metodología incluyó el Planeamiento Estratégico Situacional (PES), Design Thinking, el modelo Canvas y diversas técnicas de investigación, como encuestas, entrevistas y análisis documental. Los principales resultados incluyen la creación de un protocolo de salud reproductiva y la obtención de apoyo político y financiero para su implementación, con respaldo de parlamentarios locales y estatales. Las conclusiones destacan la importancia de integrar la enseñanza, la investigación y la extensión para el desarrollo de políticas públicas, demostrando cómo la colaboración entre universidades y gobiernos locales puede enfrentar desafíos sociales. Esta experiencia subraya la relevancia de las alianzas académicas para mejorar la eficacia de las políticas sociales.

Palabras clave: Políticas Públicas. Administración Pública. Salud Reproductiva.

Abstract: This article presents, through an experience report, the contribution of the Public Administration program at the Faculty of Applied Sciences of the University of Campinas (FCA/Unicamp), located in the Campinas Administrative Region, in the interior of São Paulo State, to the development of municipal public policies, specifically to promote the use of long-acting contraceptive methods in Vinhedo (SP). This report stems from work conducted in 2022 within the courses "Public Policy Lab I" and "Public Policy Lab II," where theory and practice were combined to address social demands identified in collaboration with local managers. The research focuses on the work carried out with the Municipal Health Department of Vinhedo (SP), a neighboring city to Campinas, which identified the absence of structured policies for women's reproductive health as a social issue in the region. The methodology included the Strategic Situational Planning (PES) approach, Design Thinking, the Canvas model, and various research techniques such as surveys, interviews, and document analysis. The main outcomes include the development of a reproductive health protocol and securing political and financial support for its implementation, with backing from local and state legislators. The conclusions highlight the importance of integrating teaching, research, and community outreach for the development of public policies, demonstrating how collaboration between universities and local governments can address social challenges. This experience underscores the relevance of academic partnerships in enhancing the effectiveness of social policies.

Keywords: Public Policy. Public Administration. Reproductive Health.

Introdução

Ao longo das últimas décadas, as discussões sobre o compromisso social da universidade pública foram intensificadas (Dias Sobrinho, 2015; Dibbern, 2019; Cristofolleti, 2017; Rubião, 2013; Freitas Neto, 2011; Dalla Corte *et al.*, 2018). Algumas razões para essas discussões são os impactos das diferentes atividades de ensino, pesquisa e extensão das universidades em seu entorno e o retorno efetivo que o investimento público dessas instituições tem para a comunidade.

No Brasil, a implementação do Plano Nacional de Educação (PNE/2014-2024) trouxe destaque para a inclusão da extensão universitária na grade curricular dos cursos de ensino superior, visando integrar a teoria à prática e fortalecer o papel social das universidades públicas, como a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). No entanto, dentre os diversos pontos de vista sobre o assunto (Cortez, *et al.*, 2019; Silva; Kochhann, 2018; Dalla Corte *et al.*, 2018), os estudantes têm sido pouco representados nessas discussões teóricas, em especial, àquelas experiências que são protagonizadas por eles.



Nesse cenário, desde sua fundação, a Unicamp, que conta atualmente com três campi, localizados em Campinas, Piracicaba e Limeira, sendo este último sede da Faculdade de Ciências Aplicadas (FCA), tem buscado promover atividades de ensino, pesquisa e extensão com impacto regional e internacional, especialmente na Região Administrativa de Campinas, abarcando cerca de 90 municípios, em áreas como saúde e desenvolvimento socioeconômico.

A FCA da Unicamp diferencia-se por sua abordagem inovadora e interdisciplinar, que, ao contrário das divisões tradicionais por departamentos, promove a integração de conhecimentos de múltiplas áreas, como exemplificado pelo curso de Administração Pública¹. Com sua primeira turma ingressando em 2014, esse curso foi estabelecido em 2009 como Gestão de Políticas Públicas, com uma proposta socialmente orientada para a formação de profissionais capacitados para impactar positivamente a administração pública local e regional. A formação é baseada em práticas atualizadas e alinhadas com as demandas contemporâneas da gestão pública.

No contexto dessa abordagem, o presente artigo apresenta um relato de experiência sobre os resultados das atividades de pesquisa, ensino e extensão realizadas nas disciplinas de Laboratório de Políticas Públicas I e II do curso de Administração Pública da FCA/Unicamp, vinculadas ao desenvolvimento de uma política pública municipal. Essas disciplinas têm como objetivo aliar teoria e prática a partir de problemas sociais identificados por gestores públicos que atuam em parceria com as disciplinas.

Dentro dessa discussão, este relato trata especificamente do trabalho realizado junto à Secretaria Municipal de Saúde de Vinhedo (SP), a qual apontou como problema social a ser trabalhado a ausência de uma política municipal estruturada voltada ao uso de métodos contraceptivos de longa duração para mulheres do município.

O seguinte artigo está estruturado em cinco seções, além desta introdução. As tais seguem a linha de pesquisa focadas em defender a metodologia e refletir sobre elas. Na primeira, são apresentadas as metodologias discutidas nas disciplinas, as quais foram utilizadas para compreender o problema identificado. Na segunda seção, discorrer-se-á sobre o diagnóstico do problema e a interação com os atores sociais envolvidos com a temática em Vinhedo. Na terceira, o processo de ideação conjunta (proposição de política pública), sua validação com atores sociais e os resultados obtidos são descritos. Na quarta, portanto, são destacados os aprendizados, discussões e reflexões sobre essa experiência. Por último, algumas considerações finais são tecidas.

¹ Outras informações podem ser acessadas no seguinte link: <https://www2.fca.unicamp.br/portal/pt-br/graduacao/grad-cursos/grad-cursos-admpub.html>



Metodologias de Laboratório de Políticas Públicas I e II

Na grade curricular do curso de Administração Pública da FCA/Unicamp, as disciplinas - Laboratório de Políticas Públicas I e Laboratório de Políticas Públicas II - são oferecidas no último ano do curso aos estudantes, respectivamente no sétimo e oitavo semestre, sendo cada uma ministrada em um semestre diferente. Essas disciplinas são ministradas sempre por quatro professores doutores com formações diversas, que abrangem Administração Pública, História, Direito, Economia e Ciências Sociais. Este relato, em particular, refere-se ao oferecimento ao decorrer do ano de 2022.

No primeiro semestre, durante a disciplina de Laboratório de Políticas Públicas I, os estudantes são familiarizados com a classificação e as fases de um planejamento de pesquisa, bem como métodos científicos, tais como dedutivo, indutivo, hipotético-dedutivo, dialético e fenomenológico. Além disso, é estimulado o entendimento das etapas da pesquisa e sua organização em procedimentos, o reconhecimento das fontes disponíveis para pesquisa em políticas públicas, tanto em formato físico quanto digital, e o aprendizado de localizar materiais relevantes. A disciplina também estimula a reflexão sobre formulação de problemas de pesquisa e hipóteses, a aquisição de conhecimento sobre os principais instrumentos de políticas públicas, a compreensão dos elementos constituintes de planos, programas e projetos utilizados em políticas públicas, e o planejamento e elaboração de propostas de programas ou políticas para lidar com problemas que requerem intervenção do setor público. O semestre conta com aulas expositivas (30%) e aulas práticas (70%), em um total de 16 aulas, e são divididas em três blocos.

No Bloco I, a ideia é refletir sobre problemas sociais para realizar um diagnóstico aprofundado sobre as causas desses problemas. Nesse sentido, a escolha do Planejamento Estratégico Situacional (PES) como ferramenta a ser aplicada a esse propósito é a mais adequada, porém, como veremos a seguir, pode ser complementada. O PES é uma metodologia de planejamento orientada por problemas, que se divide em quatro momentos: diagnóstico-explicativo, normativo, estratégico e tático-operacional (Matus, 1994). Ele atua, fundamentalmente, sobre as causas do problema; sendo, assim, um dos diferenciais dessa metodologia. Nesse sentido, os docentes do curso identificam que essa metodologia - capaz de analisar as causas dos problemas, que requerem intervenção do setor público - deve ser o ponto de partida dos estudantes da disciplina. A aplicação do ferramental do PES e sua elaboração pode ser realizada por uma pessoa, grupo ou organização, em relação a um problema específico, em pelo menos três etapas distintas.



Na primeira etapa, a pessoa, grupo ou organização deve reservar um momento para apontar a situação-problema, seu(s) indicador(es), os quais devem ilustrar que aquele problema é realmente um problema social, e suas consequências. Em seguida, os participantes devem elencar, como uma lista, as principais causas relacionadas ao problema. A segunda etapa envolve a análise participativa das causas identificadas e a organização dessas causas em uma espécie de cadeia causal, de modo a tornar evidentes as causas mais diretas do problema (as mais aparentes) até as causas dessas causas (no extremo, causas estruturais), permitindo a identificação de fatores passíveis de intervenção, conhecidos como nós-críticos (Serafim, Dias e Noijs, 2020).

Como resultado, espera-se dos estudantes minimamente a construção de um fluxograma (mapa cognitivo) das causas e a identificação de nós-críticos, causas passíveis de intervenção, considerando a governabilidade da instituição declarante do problema.

No Bloco II, aplicam-se os métodos do Design Thinking (DT). A proposta de adotar uma abordagem inovadora e empática, a qual busca compreender o problema sob a perspectiva do usuário da política, nos direcionou à escolha do DT. Apesar do PES ser muito interessante no desenvolvimento do diagnóstico, existe a possibilidade de haver uma restrição analítica pelo fato dos participantes muitas vezes não vivenciarem a situação-problema que está sendo trabalhada. Nesse sentido, a metodologia DT complementa o olhar do diagnóstico, produzido pelo PES, e adensa a discussão dos projetos. Ele se apresenta como uma ferramenta que permite uma compreensão mais profunda da percepção do usuário ou beneficiário da política. Para isso, são necessárias estratégias de coleta de dados primários diretamente com o usuário da política, por meio de questionários ou entrevistas. Tais resultados coletados devem ser organizados em um “mapa da empatia”.

O mapa da empatia é uma ferramenta do design thinking, estruturada em seis etapas. Na primeira, "O que o usuário pensa e sente", explora-se os sentimentos e pensamentos relacionados à problemática em questão. Na segunda, "O que o usuário vê", concentram-se as percepções do usuário sobre o ambiente físico e social ao seu redor. A terceira, "O que o usuário escuta", examina as opiniões, sentimentos e percepções que o usuário obtém a partir de outras fontes. Na quarta etapa, "O que o usuário diz e faz", são agrupados os comportamentos, palavras-chave, ações e reações do usuário diante da situação. A quinta destaca as dores do usuário, abrangendo desde desafios até preocupações relacionadas ao tema em discussão. Por fim, a sexta e última etapa aborda as necessidades do usuário, identificando o que é essencial para melhor atendê-lo.



Por fim, o Bloco III trabalha na elaboração do projeto de política pública. Neste momento, busca-se uma ferramenta de fácil aplicação para os estudantes e de fácil visualização das estratégias e de seus resultados. Para isso, a escolha foi a metodologia CANVAS. Esta é uma ferramenta versátil que possibilita a criação de diferentes modelos, incluindo modelos de negócio ou, no contexto presente, modelos de política pública. É possível conceber e visualizar ideias em um mesmo plano, oferecendo uma abordagem prática e visualmente engajada para o desenvolvimento e a apresentação de propostas de ação.

Assim, a adoção de metodologias e ferramentas analíticas, como as abordadas anteriormente, é fundamental nos estudos de políticas públicas, que frequentemente utilizam esses recursos para ampliar a compreensão sobre a dinâmica das políticas, desde sua análise até a formulação e implementação. Essas metodologias permitem um exame detalhado dos contextos sociais e políticos, identificando problemas, atores envolvidos e recursos disponíveis, o que facilita a proposição de intervenções mais eficazes e adaptadas às necessidades locais. Além disso, a utilização dessas ferramentas propicia uma abordagem mais estruturada e sistemática, essencial para o desenvolvimento de políticas públicas que busquem resultados duradouros e impactantes, promovendo a integração de diversos setores e uma resposta mais precisa às demandas sociais complexas.

No contexto do Planejamento Estratégico Situacional (PES), o estudo de Lima *et al.* (2022), o qual realiza uma revisão de literatura sobre o uso do PES na Atenção Primária à Saúde (APS) no Brasil, mostra uma variedade de aplicações do PES na gestão da atenção primária à saúde, especialmente nos campos de promoção e prevenção à saúde. Corroborando com essa perspectiva, Lima e Lima (2020) apresentam bons resultados advindos da aplicação do PES ao desenho de cidades saudáveis e à elaboração de ações intersetoriais. “O PES pode contribuir para o fortalecimento das políticas públicas de saúde, e para a construção de cidades saudáveis pela instrumentalização de um processo de planejamento democrático e inclusivo” (p.10).

Portanto, o uso do PES é uma ferramenta adequada para realizar diagnósticos coletivos e propor iniciativas intersetoriais multi-atores. Nessa mesma linha, Birchall; Zambalde e Bermejo (2012), ao analisar a aplicação do PES no âmbito da segurança pública no município de Lavras-MG, aponta a relevância da ferramenta na produção de diagnóstico e na elaboração de projetos. Além disso, eles destacam que o PES contribui para a participação de diferentes segmentos envolvidos, potencializando soluções mais próximas do real e mais consistentes em viabilidade.



Em relação aos estudos sobre a aplicação do DT ao processo de elaboração das políticas públicas, Cavalcante; Mendonça e Brandalise (2019) destacam a consolidação do DT no design de serviços no setor público, bem como o crescente reconhecimento dos princípios desta ferramenta para o enfrentamento de problemas complexos (wicked problems). Esse trabalho, assim como tantos outros, enfatiza que a utilização do DT pode melhorar a tomada de decisão, através de uma definição mais precisa e abrangente do problema e da co-criação de soluções mais legitimadas. Os desafios colocados passam por priorizar o foco no ser humano e em sua percepção/vivência em relação às políticas públicas. Além disso, os estudos afirmam que os desafios relacionam-se a uma necessária “*mudança de mentalidade na forma tradicional de atuação do setor público*” (p.31).

No caso da aplicação do CANVAS, Martins; Mota e Marini (2019) apresentam reflexões relacionadas a diversos contextos. Os autores advogam pela aplicação da metodologia renovada que, partindo do CANVAS conectada com a ciência do design, caminhe na direção do *Public Governance Canvas*. Essa ferramenta, na opinião dos autores, auxilia o redesenho dos modelos de gestão das organizações, propiciando avançar nos processos de inovação e ganho de efetividade (p.64). Esse estudo aprimora o debate da governança pública ao incorporar reflexões sobre técnicas e modelo revisitado do Canvas para o setor público.

Reflexivamente ao uso dessas metodologias, os estudos destacam a capacidade e relevância dessas metodologias/ferramentas, e também evidenciam seus desafios. Estes estão, exatamente na sua particularidade, em garantir que todos os envolvidos no processo de elaboração do PES, nas etapas de participação do DT e na proposição das ações, a partir do CANVAS, permaneçam engajados do começo ao fim, pois são metodologias que pressupõem tempo e resiliência dos gestores em escutar e aceitar opiniões e visões diferentes. Ainda que tenham desafios a serem enfrentados, os potenciais de aplicação se mostram bastante concretos e ensinar os futuros gestores a manejar e aplicar essas metodologias, e é exatamente este o propósito das disciplinas.

Em paralelo à aplicação dessas ferramentas e superados os desafios associados, são ensinados aos estudantes o desenvolvimento de técnicas de pesquisa, tais como entrevista, aplicação de surveys, revisão da literatura e pesquisas documentais, a depender de cada caso.

No segundo semestre, durante a disciplina de Laboratório de Políticas Públicas II, é realizado o aprofundamento e o detalhamento das ações, planos e projetos de políticas públicas. A partir da aplicação da segunda parte da metodologia para planejamento de situações, é maturada a compreensão dos principais aspectos do processo de elaboração e gestão de projetos e a elaboração de propostas de intervenção para lidar com situações-problema.



A disciplina conta com a orientação dos docentes no andamento do processo de articulação e implementação das políticas elaboradas pelos estudantes, em regime rotativo, garantindo a pluralidade de percepções e contribuições.

Resumidamente, no primeiro semestre, os estudantes diagnosticam o problema identificado por um ator social e começam a gerar ideias para solucioná-lo. No segundo semestre, por sua vez, eles concluem essa etapa por meio da formulação de um projeto, política ou programa, voltado à mitigação do problema, e realizam esforços para implementá-lo até o final da disciplina. Alinhado a isso, é estimulado o processo de autoavaliação e automonitoramento da qualidade dos desenhos de política propostos e de todos os processos, com acompanhamento dos docentes. A ideia sempre é simular o ambiente de gestão pública (contato direto com a realidade) e a vivência dos estudantes no papel do gestor público, incumbido-os de uma de suas funções, que é a elaboração da política pública (formulação, implementação e avaliação).

No ano de 2022, a instituição pública parceira que declarou o problema foi a Coordenadoria de Atenção à Saúde Básica da Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura de Vinhedo. Em particular, na experiência que relatamos aqui, o problema foi demandado pela vereadora Nayla de Souza, da Câmara Municipal de Vinhedo, sob os termos: “Temos desafios para estruturar uma política de oferta de métodos contraceptivos de longa duração em Vinhedo”. O problema declarado foi: a ausência de uma política municipal estruturada voltada aos métodos contraceptivos de longa duração.

O caso da política de métodos contraceptivos de longa duração

O processo de diagnóstico do problema e consulta aos atores sociais

O processo de diagnóstico foi iniciado com a aplicação do PES, o qual nos permite ter uma visão abrangente do problema. A existência do problema foi comprovada com o descritor (dado ou fato que comprova o problema) de que não são ofertados métodos contraceptivos às mulheres, exceto no caso de uma emergência diagnosticada por um médico. O processo de diagnóstico foi desenvolvido por meio de um raciocínio dedutivo, com base na perspectiva da declarante do problema (Coordenadoria de Atenção à Saúde Básica da Prefeitura Municipal de Vinhedo) e da análise da jornada da usuária até possuir acesso ao método contraceptivo de longa duração. Como resultado, identificamos 11 (onze) causas e 4 (quatro) consequências do problema.



As causas foram dispostas em três níveis de governabilidade, a partir do declarante do problema, e qualificadas em seis tipos de causas. O primeiro nível é relativo às causas com baixa governabilidade, o segundo nível é relativo às causas de média governabilidade e o terceiro é de alta governabilidade. Em relação aos seis tipos de causas que, foram elaborados após a listagem das causas, quando foi percebido pelos estudantes certo padrão e particularidade entre as causas, para além do nível de governabilidade, são eles:

- (i) Estrutural-cultural, causas que estão embasadas em dimensões culturais, religiosas ou políticas da comunidade em análise;
- (ii) Governamental-financeiro, causas que estão vinculadas ao direcionamento de orçamento público para aquisição pelo Governo;
- (iii) Governamental-gerencial, causas que estão vinculadas à compra em quantidade e qualidade de itens pelo Governo;
- (iv) Governamental-administrativo, causas que estão vinculadas ao direcionamento de ações do poder público, por meio de programas e políticas;
- (v) Burocratas, causas que estão vinculadas às ações e percepções diretas dos burocratas; e,
- (vi) Nós-críticos, causas que são centrais e que possuem factibilidade de intervenção pelo declarante.

A figura 1 apresenta as causas e suas interconexões de acordo com os princípios do Planejamento Estratégico Situacional (PES), discutidos na seção anterior. As conexões são representadas por setas que indicam a “causa” da causa do problema, ilustrando a cadeia causal dos fatores envolvidos.

O nível de baixa governabilidade conta com quatro tipos de causas. O primeiro tipo (estrutural-cultural) refere-se à possível resistência com relação à abordagem das temáticas por conflitos ideológicos, por questões religiosas e organizações partidárias que podem acreditar que tal problemática é responsabilidade do Poder Público. Essas dimensões são de caráter estrutural-cultural e de baixa governabilidade para o declarante do problema.

O segundo tipo (governamental-financeiro) refere-se ao não direcionamento de recursos financeiros para métodos contraceptivos de longa duração para mulheres, com baixa governabilidade para o declarante do problema, considerando que a decisão de direcionamento de recursos está em instâncias maiores. O terceiro tipo (governamental-gerencial) refere-se a causa de existência de baixo estoque de DIU's fabricados em cobre, não existindo DIU's hormonais (com maior aceitabilidade pela equipe médica e de enfermagem). O último tipo que existe no campo da baixa governabilidade é o governamental-administrativo, diagnosticamos

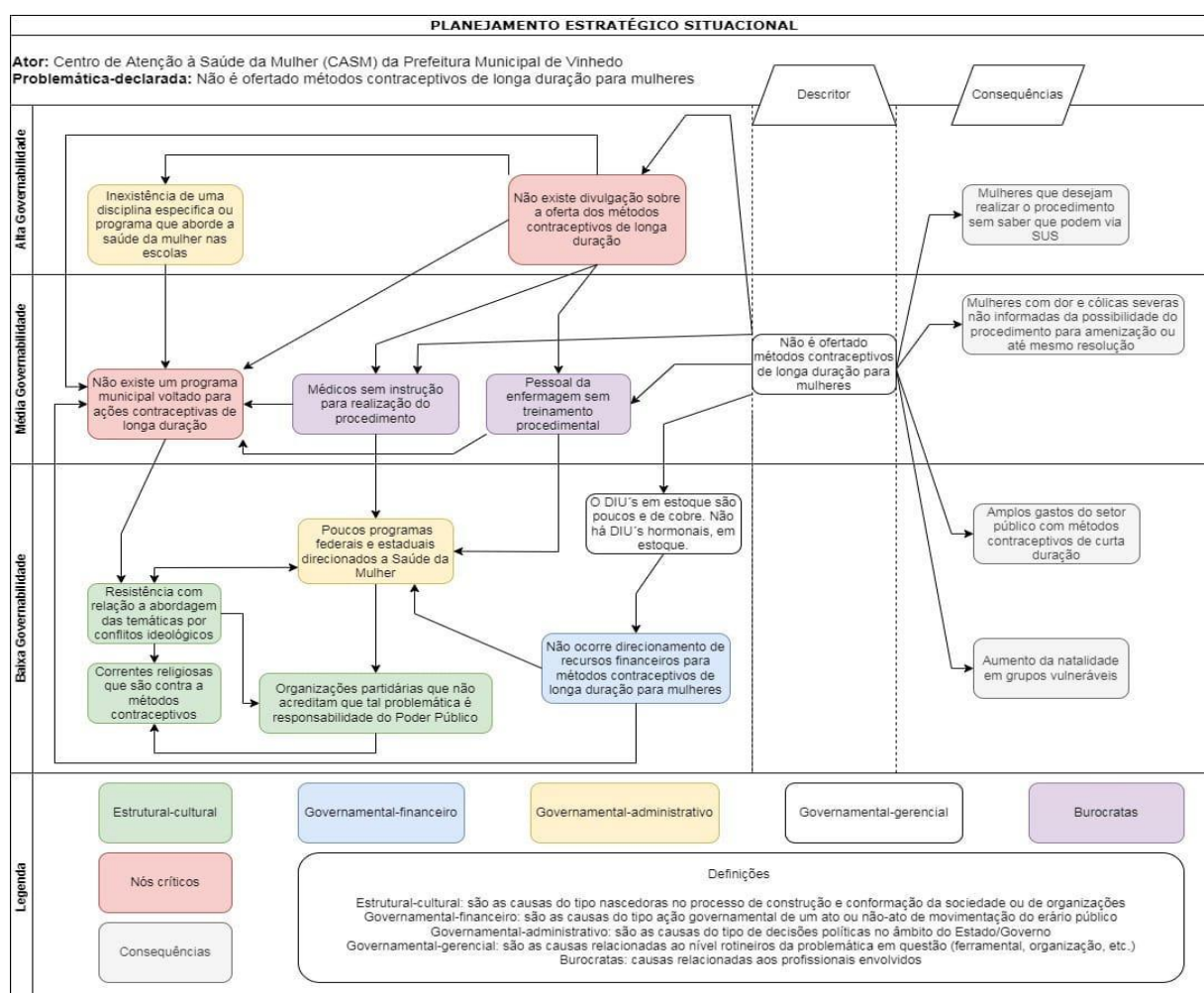


que existem poucos programas federais e estaduais direcionados à Saúde da Mulher, de forma geral, que contribuem para a existência da problemática.

O nível de média governabilidade conta com dois tipos de causa. O primeiro dos tipos refere-se aos burocratas, sendo as causas: a existência de pessoal da enfermagem e médicos sem treinamento procedimental. O segundo é um dos nós-críticos, que identificamos: não há um programa municipal específico dedicado a ações relacionadas aos métodos contraceptivos de longa duração.

O nível de alta governabilidade conta com dois tipos de causa. O primeiro, do tipo governamental-administrativo, refere-se à inexistência de uma disciplina específica ou programa que aborde a saúde da mulher nas escolas. O segundo, considerado nó-crítico, foi o diagnóstico de que não há divulgação sobre os métodos contraceptivos de longa duração. Uma vez identificadas as possíveis causas, fomos para coleta de dados e informações existentes sobre as causas e do problema como um todo.

Figura 1 - Aplicação do PES à problemática



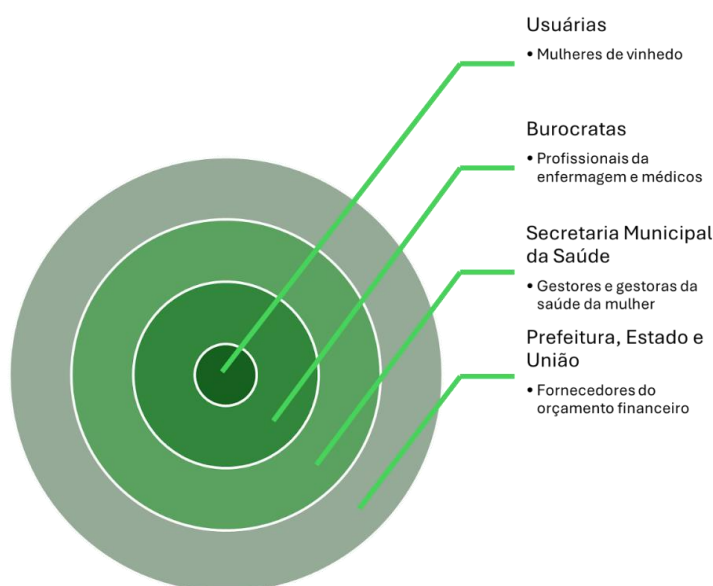
Fonte: Elaboração Própria (2022)



Nesse sentido, primeiro, foi realizado um mapeamento dos atores envolvidos em todas as etapas do processo, o que permitiu elaborar estratégias e mecanismos de comunicação eficazes para cada uma das partes envolvidas. Entretanto, nesse processo de mapeamento, foi encontrado um desafio significativo: a definição do público-alvo, pois não havia uma definição institucional clara no município. Portanto, recorremos à literatura médica, especialmente à OMS (2016), para compreender qual grupo deveria ser alvo da política pública em estudo, resultando em uma definição abrangente que inclui pessoas de diversas faixas etárias, etnias, entre outros. A partir disso, foi reconhecida a importância de não limitar o recorte apenas a questões de vulnerabilidade, considerando que métodos contraceptivos e de controle de natalidade envolvem diversas premissas, incluindo o respeito à mulher em todas as suas perspectivas e o planejamento familiar coerente.

A Figura 2 mostra os atores mapeados, com o foco central nas usuárias da política, e as estruturas circundantes que influenciam e implementam a política (sendo as mais próximas ao centro as que possuem um contato mais direto com as usuárias).

Figura 2 - Mapa de atores envolvidos na problemática



Fonte: Elaboração própria (2022)

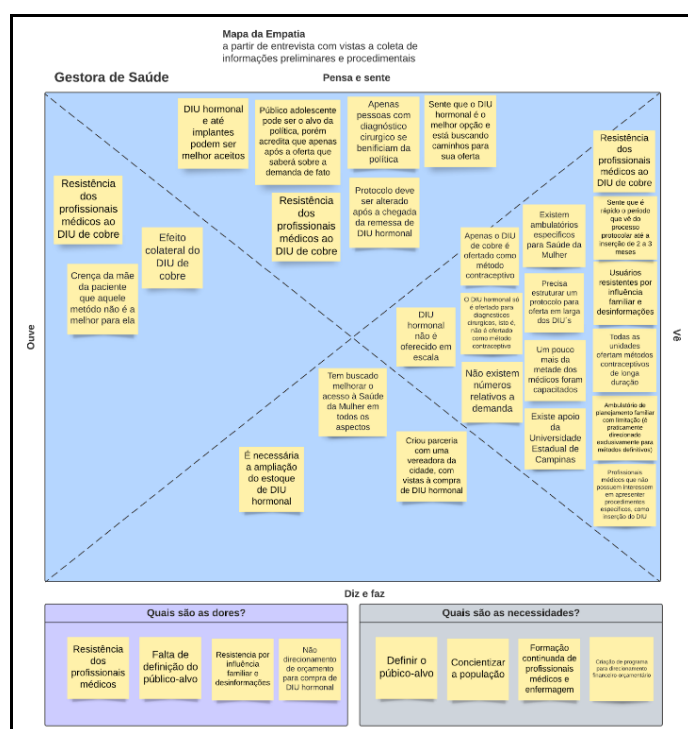
Diante dessa situação, foi planejada uma estratégia de ações diversificadas, antecipando possíveis obstáculos na obtenção das informações necessárias. Dessa maneira, foi realizada uma busca abrangente nos portais de transparência, o envio de mensagens de e-mail, solicitações formais através da vereadora que nos trouxe a demanda e o contato direto com a Secretaria de Saúde do município. Embora tenhamos encontrado receptividade por



parte dos envolvidos, o processo se mostrou demorado e enfrentamos dificuldades para acessar as informações desejadas ou até mesmo para identificar se esses dados existiam. Com esse panorama começamos a tecer questões sobre o público-alvo, divulgação, treinamento de pessoas e acesso para realizar a coleta dos dados primários.

A partir das questões levantadas, foi possível agendar uma entrevista com a responsável pela Coordenação Médica de Atenção à Saúde Básica, que proporcionou *insights* pertinentes sobre o cenário da política pública, incluindo a percepção dos médicos em relação ao DIU de cobre (existente hoje pelo Sistema Único de Saúde - SUS), falta de definição do público-alvo e questões orçamentárias. Além disso, obtivemos informações complementares por meio de um ofício respondido à vereadora pela Prefeitura Municipal de Vinhedo, no qual se confirma que os dados foram coletados pela primeira vez a pedido da mesma, por não existir um histórico destes. Unido a isso, buscamos entender a perspectiva das usuárias da política pública por meio de um survey online, que alcançou 33 mulheres vinhedenses, no qual todas afirmam não ter conhecimento da política em questão. Adicionalmente, aplicamos um survey para burocratas da saúde, obtendo 4 respostas que corroboraram parcialmente as informações levantadas oficialmente e por meio de entrevista. Essas interações estabeleceram as informações que nos nortearam, possibilitando a construção de dois instrumentos, 2 Mapas da Empatia (apresentados nas Figuras 3 e 4), por meio do Designer Think.

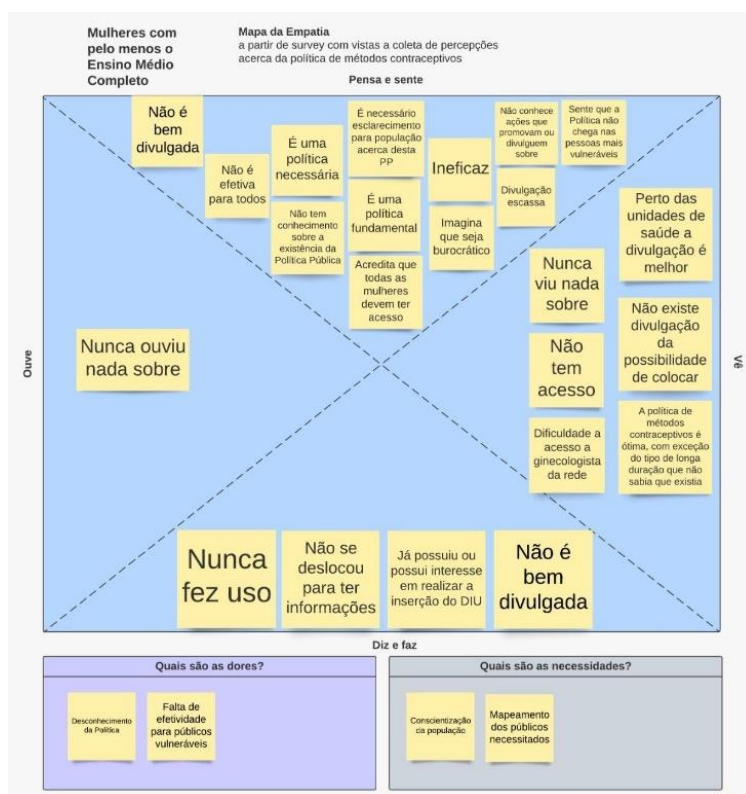
Figura 3 - Mapa da empatia (gestora)



Fonte: Elaboração própria (2022)



Figura 4 - Mapa da empatia (usuárias)



Fonte: Elaboração própria (2022)

Com base nos dados coletados e pesquisa documental, foi observado que o município possuía a necessidade de um direcionamento institucional-legal das políticas públicas voltadas à Saúde da Mulher em Vinhedo, não só nas questões dos métodos contraceptivos de longa duração. Portanto, tornou-se nossas diretrizes básicas: (i) tornar mais claro grupos-alvo da política pública; (ii) promover a conscientização da população sobre a existência da política pública; (iii) Incentivar um aumento no número de profissionais de saúde capacitados para a inserção do DIU; (iv) definir norteadores orçamentários básicos e de gestão da política (em especial, para compreender a real demanda).

Considerando as diretrizes estabelecidas e o cronograma proposto para o processo de produção dos trabalhos da disciplina, bem como a necessidade de articulação política para sua aprovação, foi concluído que a elaboração de um protocolo dedicado aos métodos contraceptivos de longa duração seria a abordagem mais adequada. Além disso, uma análise detalhada da situação atual e dos procedimentos legais indicou que um protocolo poderia ser aprovado com maior agilidade pelo Executivo municipal, exigindo um menor número de etapas para aprovação. Em consulta à gestora da coordenadoria responsável, foi confirmado a existência de um protocolo que necessitava de reformulação, considerando que ele estava focado apenas nos procedimentos burocráticos que a usuária deveria realizar.



Com base nesses resultados, iniciou-se o processo de reformulação do protocolo, com o objetivo de alinhar todos os elementos do modelo da política em questão. Esse processo foi conduzido utilizando o Canvas (conforme ilustrado na Figura 5), permitindo a visualização de todos os elementos em um mesmo plano, incluindo os atores a serem acionados e envolvidos direta (Rede de Atores) ou indiretamente (Outros Stakeholders), as ações a serem desenvolvidas (Atividades), os recursos necessários e a capacidade institucional para realizá-las (Recursos/Capacidades), os impactos esperados (Valores), os canais de comunicação existentes para as ações (Canais), o público-alvo da política (Beneficiários), e os custos e receitas envolvidos nas discussões (Custos e Receitas).

Concluímos o primeiro semestre com este panorama e as considerações apresentadas, estabelecendo uma base sólida para as próximas etapas do processo. A análise das atividades e resultados obtidos até o momento permitiu identificar áreas de melhoria e oportunidades para aprimorar nossa abordagem. Assim, no próximo semestre, planejamos continuar com a reformulação, implementando ajustes estratégicos que visam sanar a problemática inicial.

Figura 5 - Canvas (início da ideação da política)

Rede de Atores Empresas fornecedoras de insumos; CPS/SES/Estado de São Paulo; Área Técnica de Saúde da Mulher/SES/SP; Prefeito; Vereadores Gestores; Burocratas da Saúde.	Atividades Construção dos Atos Administrativos, Legislação, Instruções Procedimentais e Reuniões Intersetoriais, sendo o último o mais valioso para o alcance do produto.	Valores É entregue uma administração mais organizada, transparente e efetivamente direcionada dos recursos destinados à saúde da mulher, com ênfase nos métodos contraceptivos de longa duração. Com o aparato político-legal e procedimental, será entregue informação, possibilidades, clareza, transparência e melhor direcionamento do recurso público (para burocratas, gestores e usuárias).	Relacionamento O relacionamento é horizontal entre os atores, em forma de fórum de política pública, possibilitando uma canalização de pontos relevantes para integrar o Programa e sua forma (em termos de orçamento, planejamento e temáticas de Saúde da Mulher em si)	Beneficiários Mulheres com vida sexual ativa
Outros Stakeholders ONGs, OAB, Escolas, Secretária M. de Desenvolvimento Econômico, Assistência Social e Cidadania da Mulher.	Recursos (input)/Capacidades Recursos financeiros, humanos, instalações físicas, materiais. Materiais - DIU, instrumentos necessários, consultas. Aptidão Institucional - Construção em rede; Aptidão Individual - Conhecimento: Saúde da Mulher (com ênfase em métodos contraceptivos de longa duração; Grupos Marginalizados Femininos; Rede de Atores; Habilidades: Comunicabilidade; Persuasão; Negociação; Empatia; Escuta Ativa.		Canais Redes sociais; Sites; Consultas; E-mail.	
Custos Garantir funcionamento das unidades básicas de saúde e implantação da saúde da família. Total nos quatro anos: R\$21.855.302,51 destinados a compra de métodos contraceptivos, kit de inserção e insumos, exames pré e pós e capacitação de profissionais. R\$655.659,07 sendo pelo menos 15% da União e 12% do Estado.		Receitas Recursos próprios (orçamento do município via PPA - rescinde de impostos - tipos), Transferências voluntárias - Programa + Brasil. Para os pontos críticos do projeto, os recursos são suficientes.		

Fonte: Elaboração própria (2022)



Interdisciplinaridade e colaborações

O processo de ideação do protocolo foi realizado com uma revisão dos resultados alcançados até aquele momento. Com uma análise minuciosa dos dados e informações coletadas, identificamos a necessidade de implementar ações públicas mais abrangentes para enfrentar o desafio da disponibilidade ampliada de métodos contraceptivos de longa duração no município.

Concomitantemente, levando em consideração o alerta feito pela gestora da coordenadoria responsável sobre a necessidade de reestruturar o protocolo de implantação do Dispositivo Intrauterino (DIU), decidimos incorporar questões relacionadas à gestão da política pública e informações mais abrangentes sobre a inserção do DIU para informar as usuárias no protocolo.

O processo de construção desse protocolo foi colaborativo, na medida em que envolveu uma relação interdisciplinar entre as estratégias de administração pública e os requisitos da área da saúde. Para tanto, iniciou-se o processo de mapeamento e leitura de Programas de Saúde da Mulher em municípios semelhantes e outros protocolos de inserção do DIU dos demais municípios, com vistas a identificar características interessantes de gestão e promoção dos métodos contraceptivos de longa duração. Esse segundo esforço de entender o que já existia, possibilitou um protocolo voltado a métodos contraceptivos de longa duração com diferentes dimensões, incluindo fundamentação teórica, público-alvo, listagem clara dos métodos contraceptivos de longa duração disponíveis, formas de publicização da política pública, elementos de controle financeiro-orçamentário, além das orientações gerais para adesão e o termo de conscientização reescrito.

Dado o caráter indisciplinar citado acima, o trabalho de revisão do protocolo contou com a equipe da coordenadoria responsável, para uma revisão da fundamentação teórica e do documento como um todo. Essa colaboração resultou em uma série de reuniões e trocas de mensagens, durante as quais foram realizados ajustes para garantir que o documento refletisse a realidade da secretaria a longo prazo. Esse processo foi concluído com sucesso.

Essas interações ao longo de um ano, desde o diagnóstico até a implementação da solução, resultaram em dois retornos significativos para a comunidade. Em primeiro lugar, os documentos apresentados durante a fase de diagnóstico informaram a política à vereadora que inicialmente trouxe a problemática para a disciplina e, num segundo momento, como resultado de toda esta construção realizada direcionou-se um financiamento de cerca



de 150 mil reais, por meio de emenda parlamentar, para a política em questão (Câmara Municipal de Vinhedo, 2022).

Por fim, com a conclusão do protocolo, a implementação da política teve início. Além disso, atualmente, após um pouco mais de um ano do início da implementação da política, o legislativo estadual destinou cerca de 50 mil reais, por meio de emenda parlamentar, à faculdade para conduzir uma avaliação desta política.

Diálogos com a literatura, aprendizados, discussões e reflexões

O relato de experiência é um tipo de produção que, para além de descrever uma intervenção, permite a reflexão e diálogo com a literatura (Mussi *et al.*, 2021). Nesse sentido, considerando a integração entre ensino-pesquisa-extensão vivenciado pelos estudantes, essa experiência relatada dialoga, principalmente, com a literatura sobre curricularização da extensão (Cortez, *et al.*, 2019; Silva; Kochhann, 2018; Dalla Corte *et al.*, 2018; Minghelli *et al.*, 2021; Souza, 2005). Tal literatura ressalta uma série de resultados esperados, a partir da efetiva indissociabilidade do ensino-pesquisa-extensão. Dalla Corte *et al.* (2018), a partir de uma extensa revisão da literatura, apresentam um panorama dos principais resultados elencados na literatura, são eles:

- (i) formação de qualidade;
- (ii) interdependência entre universidade e diferentes lócus de atuação profissional;
- (iii) formação para a cidadania;
- (iv) relação teoria e prática;
- (v) interprofissionalidade;
- (vi) movimentos dialógicos entre a universidade e a sociedade local e global;
- (vii) compreensão e valorização da diversidade e multiculturalidade;
- (viii) transformação socioeducacional; e
- (ix) indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão.

Observando os resultados alcançados nessa experiência relatada, à luz da literatura citada, podemos traçar alguns *insights*. Em relação à interprofissionalidade, destaca-se a sua presença desde a diversidade do campo dos docentes e se estende à diversidade dos profissionais externos envolvidos, que incluem médicos, enfermeiros e administradores. Dentro desta experiência, foi possível a interprofissionalidade, por meio do encontro intermediado e direto de profissionais para refletir, debater, questionar e propor soluções para a problemática apresentada, possibilitando a intercomunicação de diferentes áreas para solucionar um problema de saúde pública.



Os estudantes puderam observar que, na realidade, esse processo nem sempre é linear e demanda uma retroalimentação das informações constantemente, com momentos de revisão dos resultados alcançados até cada parte do trabalho. Um dos estudantes da equipe do caso relatado apontou que a sensação de poder participar ativamente dos processos de decisão e contribuir com soluções foi uma experiência única. Dessa maneira, em especial, foram formadas equipes de docentes, de discentes e burocratas que se intercomunicaram ao longo do processo, em especial, com amplo protagonismo dos estudantes.

Já na dimensão da transformação socioeducacional, parafraseando Silvia e Kochhnann (2018), as atividades pedagógicas precisam ser de ordem acadêmica, visando à transformação do real. A experiência relatada materializa essa concepção, por meio da transformação social e educacional. No âmbito da transformação social, a intervenção realizada pelos estudantes apresentou impacto em uma rede de atores sociais relevantes na cidade de Vinhedo, com destaque às usuárias da política pública formulada.

Na dimensão da transformação educacional, merece destaque, nessa reflexão, o caráter das disciplinas. As disciplinas sofreram um processo de transformação ao longo dos anos, transformação esta que seguiu a direção de integração entre ensino-pesquisa-extensão. Nos primeiros anos de oferecimento estas disciplinas ofereciam conteúdos sobre planejamento de políticas públicas através de estudos de caso teóricos ou de casos já relatados na literatura, ou seja, a aplicação do conhecimento era feita somente dentro da sala de aula. Com a evolução relatada, a disciplina passou a incorporar problemas reais do seu entorno e com o tempo as relações com órgãos externos foram se estreitando e se fortalecendo, de forma que estes atores externos passaram a ser co-criadores do conhecimento sobre os problemas vivenciados. Como fruto deste processo, a partir do ano de 2023, as disciplinas passaram a ser parte da carga dedicada à extensão seguindo as diretrizes da curricularização da extensão presentes na Resolução nº 7 MEC/CNE/CES, de 18 de dezembro de 2018.

Nesse sentido, em diálogo com a literatura, uma das grandes concepções que embasam essa disciplina, que se diferencia das percepções existentes hoje no meio educacional, é a busca pelo processo de ensino-aprendizagem que se pautar por metodologias ativas de ensino como *problem based learning (PBL)* (Barrows, 1996). Nos casos específicos das disciplinas de laboratório, estas se estruturam no PBL e também em um processo de interação entre estudantes, docentes e outros participantes, como gestores públicos, políticos eleitos ou comissionados e sociedade civil, no diagnóstico, no desenho e na avaliação das políticas públicas. Os estudantes e os parceiros participantes



possuem uma posição ativa e participativa em todo o processo de ensino-aprendizagem. O PBL resgata o complexo processo de ensino-aprendizagem, que vai para além da transmissão, reprodução e acúmulo de informações.

Essa metodologia, assim como outras que colocam o estudante como protagonista e o professor um mediador do processo de aprendizagem, valoriza o desenvolvimento de habilidades e atitudes dos estudantes, provocando mudança radical no processo de aprendizagem (Escrivão Filho; Ribeiro, 2009). Ainda que o conteúdo esteja estruturado em disciplinas, estas são apenas uma formalidade curricular, já que o conteúdo transcende uma única disciplina. A partir de problemas sociais reais, os estudantes passam a se engajar mais, tendo em vista que eles observam sentido nas interações que passam a ter com os gestores e a sociedade. Sua visão de mundo fica ainda mais empática.

No sentido de compreender e valorizar a diversidade e a multiculturalidade, Souza (2005) destaca as raízes sociais da extensão, fundamentadas em movimentos sociais e na necessidade de atender às demandas das populações marginalizadas, ressaltando a importância da extensão como meio de democratização do conhecimento e engajamento social. Nesta experiência, buscamos alcançar e delinear a política de forma a abranger as mulheres de Vinhedo, em particular, reconhecendo a presença de jovens adolescentes em situação de vulnerabilidade, que deveriam ter a possibilidade de escolha do método contraceptivo de longa duração de forma segura, para evitar uma gravidez indesejada. Um exercício para os estudantes da valorização e compreensão da diversidade existente nos diferentes contextos, vistas antes apenas na teoria e a partir de estatísticas estáticas.

No contexto dos diálogos entre a universidade e a sociedade local e global, essa experiência ilustra uma colaboração eficaz e respeitosa entre a academia e o setor público, evidenciando que ambas as partes podem trabalhar em conjunto de forma harmoniosa visando o bem comum. Este é um exemplo de um diálogo genuíno, que desafia a percepção comum de que a universidade é lenta e focada exclusivamente na produção de artigos acadêmicos. Este indício pode sugerir que, na verdade, a universidade está comprometida com a geração de conhecimento e que a colaboração bem-sucedida com o setor público é possível. Além de beneficiar o setor público, essa colaboração também trouxe vantagens para a universidade e, especialmente, para os estudantes de Administração Pública, contribuindo diretamente para sua futura prática profissional.

A união entre teoria e prática possui estreita relação quando vistas empiricamente. Em nosso caso, foi possível observar na prática diversos elementos teóricos discutidos no campo das pesquisas aplicadas e dos processos políticos, tais como: (a) os desafios do



diagnóstico, através da busca por dados; (b) conceitos básicos de Ciência Política, como *politics* e *policy arena*, através da análise e interpretação da conjuntura política; (c) aplicação da metodologia científica, envolvendo a revisão da literatura e a coleta de dados primários para identificar o conhecimento existente e adaptá-lo à realidade municipal; (d) exploração da literatura sobre a cultura da burocracia estatal, oferecendo *insights* sobre a cultura organizacional e os desafios da prática burocrática; (e) compreensão da linguagem jurídica no contexto do setor público, destacando a seleção do instrumento jurídico para materializar a política; (f) familiaridade com os sistemas de proteção social, facilitando a formulação de questões sobre a política e a identificação de programas e processos relevantes; (g) conhecimentos em contabilidade pública, aplicados na análise dos limites financeiros da secretaria; (h) emprego de estratégias de formulação e implementação de políticas públicas, integradas ao longo de todo o trabalho junto aos elementos mencionados anteriormente. Esses são alguns dos conhecimentos aprendidos no decorrer da graduação que foram aplicados, por meio de pesquisas com raciocínios indutivo, dedutivo e abdutivo, e ações processuais.

Na dimensão da formação cidadã, conforme relatado por Minghelli *et al.* (2021), esse modelo de aprendizagem aplicada capacita os alunos a enfrentar desafios complexos e multidisciplinares, preparando-os de maneira mais efetiva para o mercado de trabalho e para a cidadania ativa. No caso relatado, o processo estimulou o exercício da cidadania de forma ativa, por meio da busca pela garantia de direitos das mulheres, em particular, os direitos de acesso à saúde e direitos reprodutivos, além do contato com autoridades e agentes públicos fomentando a discussão e advogando ativamente pela implantação de soluções.

Na dimensão da interdependência entre a universidade e diferentes esferas profissionais, a experiência fomenta a conexão entre a teoria central do ensino, neste caso, a Administração Pública, e sua prática aplicada, mediante interação direta com gestores públicos. Na experiência relatada, as atividades de gestores públicos e de outros profissionais foram revitalizadas através de uma colaboração com a universidade, que intermediou a coleta de dados junto a diversos setores da sociedade, incluindo poder legislativo e comunidade local. Este cenário é marcante pela geração de conhecimento conjunto, universidade (por meio, dos pesquisadores e estudantes) com os variados contextos profissionais (por meio dos gestores públicos, médicos, enfermeiros e legisladores).

Em relação a obtenção de uma formação de qualidade, além da percepção dos estudantes que colaboram com este relato, de que adquiriram uma formação de alto nível ao longo deste ano e dos anos anteriores, há indicadores oficiais que corroboram o sucesso



do nosso percurso formativo. Por exemplo, durante a avaliação do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) 2022, nosso curso foi um dos seis cursos de Administração Pública no Brasil a receber a nota máxima, cinco, em uma escala que varia de zero a cinco, entre os 66 cursos existentes no país, e um dos dois com nota cinco no Estado de São Paulo, ao lado da Universidade Federal do ABC (BRASIL, 2023).

O último resultado almejado, que merece destaque por sua conexão com todas as dimensões anteriormente descritas, é a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Dias (2009) e Pivetta *et al.* (2010) apontam que a integração dessas três dimensões é fundamental para alcançar novos saberes e conhecimentos, formando profissionais capacitados e socialmente responsáveis. Essa integração aprimora o currículo acadêmico, preparando os estudantes para enfrentar desafios reais da sociedade, ao mesmo tempo em que estimula habilidades e uma mentalidade investigativa, crítica e inovadora. Isso resulta em um crescimento tanto pessoal quanto profissional dos alunos, elevando também a contribuição social da universidade. Essa abordagem propicia um aprendizado significativo que transcende as barreiras convencionais do conhecimento, fornecendo uma base sólida para adaptar-se às demandas atuais, como a formulação de políticas voltadas para a saúde da mulher. O exemplo da elaboração de política pública para saúde reprodutiva feminina em Vinhedo ilustra como os conhecimentos adquiridos e produzidos na universidade em conjunto com atores sociais podem gerar mudanças significativas na comunidade.

A curricularização da extensão pode efetivamente ampliar o impacto social, educacional e de pesquisa das universidades, como evidenciado neste relato. No entanto, é fundamental reconhecer que existem desafios significativos associados a esse processo, conforme ressaltado por Souza (2005). O caso apresentado aqui se beneficia de uma série de arranjos contextuais que facilitam sua implementação, como a colaboração ativa de agentes externos e a cultura de engajamento dos docentes e discentes. No entanto, esses mesmos elementos também constituem desafios, especialmente quando a receptividade dos professores, alunos e agentes externos é limitada. Tais obstáculos podem comprometer a integração efetiva entre ensino, pesquisa e extensão, especialmente em um cenário em que a fragmentação dessas áreas e a rigidez disciplinar foram extensivamente desenvolvidas ao longo de várias décadas.

Por fim, é importante destacar tanto os desafios quanto os elementos que fortaleceram esta experiência. Enfrentamos diversos obstáculos, como a escassez de dados públicos, as dificuldades para estabelecer o primeiro contato com os atores sociais, os atrasos na obtenção de respostas e o desconhecimento sobre a temática, especialmente considerando



que os estudantes não possuíam formação na área da saúde. Na dimensão pedagógica, emergem desafios notáveis relacionados às discrepâncias entre o calendário acadêmico, que inclui um período de férias no meio do ano, e o calendário dos gestores públicos, caracterizado por um recesso no final do ano. Além disso, o envolvimento dos estudantes varia significativamente, sendo influenciado pelo perfil diversificado dos mesmos, o que afeta diretamente o nível de engajamento nos projetos. No entanto, esses desafios proporcionaram aprendizados valiosos. Aprendemos a persistir e a explorar diversas abordagens para superar essas barreiras, adotando estratégias como solicitar informações por diferentes meios, comparar os dados obtidos e utilizar a literatura existente.

Por outro lado, em termos de potencialidades, esta experiência foi fortalecida pelo envolvimento dos atores externos, como a vereadora e a gestora que destacaram a questão, os quais demonstraram proatividade ao colaborar conosco na co-produção de conhecimento e soluções para a sociedade. É importante ressaltar que o prestígio nacional e regional da universidade teve um papel significativo em fortalecer a experiência mencionada. Ademais, a estrutura curricular promoveu a expansão da rede de municípios participantes nos projetos, que inclui, além de Vinhedo, Limeira e Conchal, ambas do estado de São Paulo. Este arranjo de elementos das disciplinas estimulou o desenvolvimento de projetos de longa duração entre a universidade e o setor público, além de facilitar a integração de estudantes recém-formados nesta rede de colaboração.

Considerações finais

O relato apresentado neste documento descreve o trabalho realizado nas disciplinas "Laboratório de Políticas Públicas I" e "Laboratório de Políticas Públicas II" do curso de administração pública da Unicamp para a elaboração e implementação de uma política de saúde reprodutiva feminina no município de Vinhedo-SP. Essa experiência pedagógica, situada na intersecção entre teoria e prática, e na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, revelou-se uma oportunidade rica para o aprendizado e aplicação de conhecimentos em um contexto real e significativo.

O desafio proposto aos estudantes, sob a orientação de um corpo docente interdisciplinar, consistia em diagnosticar, desenvolver e propor ações para a melhoria do acesso a métodos contraceptivos de longa duração no município de Vinhedo-SP. O processo foi marcado por uma série de etapas metodológicas, desde o diagnóstico situacional até a formulação de um protocolo abrangente dedicado à saúde da mulher.



Como exemplo da contribuição para a alteração da política, foi realizada uma ampliação do protocolo anterior, que consistia em um termo com informações de ciência da paciente e orientações informais internas sobre os casos que deveriam ser atendidos. O protocolo reformulado inclui informações gerais sobre o DIU de cobre e o hormonal, de forma que a população possa compreender melhor algumas questões; diretrizes gerais sobre os casos de aplicação direcionadas ao corpo médico e de enfermagem; procedimentos e processos voltados aos profissionais administrativos; além de diretrizes para o monitoramento e a gestão financeira da política, destinadas aos gestores.

A iniciativa encontrou terreno fértil para sua implementação graças ao apoio político local, particularmente através da vereadora Nayla de Souza, que não apenas endossou o projeto, mas também viabilizou recursos municipais e estaduais para sua implementação e avaliação. Tal apoio político não apenas impulsionou o projeto, mas também demonstrou o valor de parcerias entre o setor público e a universidade no enfrentamento de desafios sociais complexos.

O processo de construção e implementação deste projeto de política pública foi uma jornada de aprendizado contínuo para os estudantes, que se aventuraram além de suas áreas de conforto acadêmico para engajar-se em questões de saúde pública, interagindo com diversos atores e assimilando a complexidade da formulação e implementação de políticas públicas. Essa experiência destacou a importância da pesquisa aplicada, da articulação política, da adaptação às especificidades locais e do envolvimento direto com a comunidade e os profissionais da área.

Em conclusão, o relato desta experiência não apenas enfatiza a eficácia da abordagem prática no ensino, por meio da elaboração de políticas públicas, mas também sublinha o papel crucial das universidades públicas como agentes de transformação social. O projeto não apenas contribuiu para o aprimoramento da saúde reprodutiva em Vinhedo, mas também forneceu aos estudantes uma compreensão profunda dos meandros da política pública, preparando-os para futuros desafios em suas carreiras profissionais e cívicas.

Referências

BARROWS, Howard Stanley. Problem-based learning in medicine and beyond: a brief overview. In: WILKERSON L.; GILSELAERS H. (Ed.). Bringing problem-based learning to higher education: theory and practice. San Francisco: Jessey-Bass, 1996. p. 3-11

BIRCHAL, Fabiano Fernandes Serrano; ZAMBALDE, André Luiz; BERMEJO, Paulo Henrique de Souza. Planejamento estratégico situacional aplicado à segurança pública em Lavras (MG) Revista de Administração Pública (RAP). Rio de Janeiro 46(2):523-45, mar. /abr. 2012.



BORGHEZAN, Juliana Medeiros; GIASI, Maristela Gonçalves. Limites e possibilidades da curricularização da extensão em uma Universidade do Extremo Sul Catarinense. Cataventos– Revista de Extensão da Universidade de Cruz Alta, 10(1), 85-102. 2018.

BRASIL. Lei nº 13.005/2014. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília, Câmara dos Deputados, ED. Câmara, 2014. Disponível em: <http://www.observatoriodopne.org.br/uploads/reference/file/439/documento-referencia.pdf>.>. Acesso em: 20 maio 2018.

CAVALCANTE, Pedro Luiz Costa; MENDONÇA, Letícia Koeppel; BRANDALISE, Isabella. Políticas públicas e design thinking: interações para enfrentar desafios contemporâneos. IN: CAVALCANTE, Pedro (org). Inovação e políticas públicas: superando o mito da ideia. Editora Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) Edição 1a ISBN 978-85-7811-352-0. Brasília, 2019.

CORTEZ, Jucelino; *et al.* A curricularização da extensão no curso de licenciatura em física da universidade de Passo Fundo. Revista ConexãoUEPG, 15(2), 165-171. 2019.

CRISTOFOLETTI, Evandro Coggo. A relação entre a Unicamp e os segmentos sociais sob a perspectiva dos cursos de extensão. 2017. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, Campinas, SP.

CRISTOFOLETTI, Evandro Coggo; SERAFIM, Milena Pavan. Dimensões Metodológicas e Analíticas da Extensão Universitária. Educação e Realidade [online], v. 45, n. 1, p. 1-20, 2020.

DALLA CORTE, Marilene Gabriel; GOMEZ, Simone Da Rosa Messina; ROSSO, Gabriela Paim. Creditação da extensão universitária no currículo dos cursos de graduação: estado do conhecimento. Políticas Educativas –PolEd, 11(2), 17-36. 2018.

DE OLIVEIRA, Carla Viviane Novais Cabral; TOSTA, Marielce de Cássia Ribeiro; DE FREITAS, Rodrigo Randow. Curricularização da extensão universitária: uma análise bibliométrica. Brazilian Journal of Production Engineering, v. 6, n. 2, p. 114-127, 2020.

DIAS, Ana Maria Iorio. Discutindo caminhos para a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Revista Brasileira de Docência, Ensino e Pesquisa em Educação Física. 2009 Aug;1(1):37-52.

DIAS SOBRINHO, José. Universidade fraturada: reflexões sobre conhecimento e responsabilidade social. Avaliação, v. 20, n. 3, p. 581-601, 2015.

DIBBERN, Thais. A educação em direitos humanos no ensino superior: uma análise do compromisso social da universidade pública sob a perspectiva da produção e disseminação de conhecimentos. 2019. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Ciências Aplicadas, Limeira, SP.

ESCRIVÃO FILHO, Edmundo; RIBEIRO, Luis Roberto de Camargo. Aprendendo com PBL– Aprendizagem Baseada em Problemas: relato de uma experiência em cursos de engenharia da EESC-USP. Revista Minerva: pesquisa e tecnologia, São Carlos, v. 6, n. 1, p. 23-30, 2009.

FREITAS NETO, José Alves de. A reforma universitária de Córdoba (1918): um manifesto por uma universidade latino-americana. Ensino Superior Unicamp, v. 3, p. 62-73, 2011



LIMA, Ellaine Valéria Araújo da Silva; et al. Situational strategic planning as a health promotion tool in management: integrative review. *Research, Society and Development*, [S. l.], v. 11, n. 2, p. e5911225302, 2022. DOI: 10.33448/rsd-v11i2.25302. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/25302>. Acesso em: 26 oct. 2024.

LIMA, Filipe Antunes; LIMA, Samuel do Carmo. Construindo cidades saudáveis: a instrumentalização de políticas públicas intersetoriais de saúde a partir do Planejamento Estratégico Situacional. *Saúde social*. 2020

MARTINS, Humberto Falcão; MOTA, João Paulo; MARINI, Caio. Modelos de negócio na esfera pública: o modelo canvas de governança pública. *Cadernos EBAPE.BR*, Rio de Janeiro, RJ, v. 17, n. 1, p. 49–67, 2019.

MINGHELLI, Marcelo; et al. Tão, tão distante: a extensão universitária e a (ir) relevância das periferias. *Revista brasileira de extensão universitária*, v. 12, n. 1, p. 113-124, 2021.

PIVETTA, Hedioneia Maria Foletto; et al. Ensino, pesquisa e extensão universitária: em busca de uma integração efetiva. *Linhas críticas*. 2010 Jul:377-90.

RESENDE, Márcia Colamarco Ferreira; ALBUQUERQUE, Lucimar Magalhães de; MOREIRA, Tatiane dos Reis; Borges, Brenda Kelly Nunes de Oliveira. (2017). A curricularização das práticas de extensão na PUC Minas. *Conecte-se! Revista Interdisciplinar de Extensão*, 1(2), 88-103

RUBIÃO, André. História da Universidade: genealogia para um modelo participativo. Coimbra: Almedina, 2013

SERAFIM, Milena Pavan; DIAS, Rafael de Brito; NOIJE, Paulo Van. Planejamento Estratégico no Estado Brasileiro. In: Milena Pavan Serafim; Teresa Dib Zambon Atvars. (Org.). *Planejamento e Gestão Estratégica no Setor Público*. 1ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2020, v. 1, p. 23-42.

SILVA, Kátia Curado; KOCHHANN, Andréa. Tessituras entre concepções, curricularização e avaliação da extensão universitária na formação do estudante. *Revista Espaço Pedagógico*, 25(3), 703-725. 2018.

SOUZA, Olga Suely Soares de; et al. A extensão universitária e as universidades populares. *SEMOC-Semana de Mobilização Científica-A extensão universitária e as universidades populares*, 2006.

Agradecimentos

Agradecemos aos professores Paulo Van Noije e Rodrigo Toledo pelas contribuições fundamentais no desenvolvimento deste trabalho, bem como aos demais integrantes do grupo Bruna Maria Ferreira, Natasha Caroline Pereira da Silva e Giovanna Furlan Silvino Mikuletic pelo empenho e colaboração. Manifestamos, especialmente, nossa profunda gratidão à vereadora Nayla de Souza e à Dra. Maria Alice Peluso Bunduky de Oliveira, cujo apoio e envolvimento foram essenciais para a concretização deste projeto. Por fim, agradecemos os dois pareceristas pela atenção e cuidado na elaboração de valiosas sugestões.

Recebido em: 26/04/2024

Aceito em: 29/10/2024